

Agricultura produtivista à agricultura multifuncional no sistema agrário do cacau

Productive agriculture to multifunctional agriculture in the agrarian cocoa system

Agricultura productiva a agricultura multifuncional en el sistema agrario del cacao

DOI: 10.54033/cadpedv21n3-034

Originals received: 01/16/2024

Acceptance for publication: 02/23/2024

Gustavo Bittencourt Machado

Doutor em Agricultura Comparada e Geografia

Instituição: Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Endereço: Av. Milton Santos, 500, Ondina, Salvador – BA, CEP: 40170-110

E-mail: gustavobm@ufba.br

RESUMO

Este artigo, intitulado *Agricultura produtivista à agricultura multifuncional no sistema agrário do cacau: tendências recentes* visa compreender os processos de transmissão de conhecimento na história e transformação do sistema agrário do cacau, considerando a crise econômica regional que se mantém desde os anos 1990, proveniente da crise de monocultura da mercadoria agrícola. As transformações no meio rural decorrem da expansão dos assentamentos rurais e, do ponto de vista técnico, da transição de uma agricultura parcialmente produtivista para uma agricultura agroecológica e multifuncional, através da agricultura familiar e dos novos assentamentos de reforma agrária. Parcialmente produtivista porque os sistemas de produção agrícola, na região do cacau do estado da Bahia, estruturaram-se, no bioma Mata Atlântica, de floresta tropical, em sistemas de produção *cabruca*, reconhecidos recentemente, como indicação de procedência (indicação geográfica), pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), incluindo-se, historicamente, aqueles sistemas patronais, que preservavam a mata, haja vista, no secular sistema *cabruca*, o cacau ser plantado sob floresta tropical secundária, mantendo-se o extenso verde da costa sul do estado da Bahia

Palavras-chave: agricultura multifuncional, cacau *cabruca*, sistema agrário, afetividade e expectativas reflexivas.

ABSTRACT

This paper, entitled *Productivist agriculture to multifunctional agriculture in the cocoa agrarian system: recent tendencies* aims to understand the processes of

knowledge transmission in the history and transformation of the cocoa agrarian system, considering the regional economic crisis that has been maintained since the 1990s, coming from the crisis of monoculture of the agricultural commodity. The transformations in rural areas are due to the expansion of rural settlements and, from a technical point of view, the transition from a partially productive agriculture to an agroecological and multifunctional agriculture, through family agriculture and new agrarian reform settlements. Partially productivist because of the agricultural production systems in the cocoa region of the state of Bahia that have been structured, in the Atlantic Forest biome, of tropical forest, in cabruca production systems, recently recognized, as an Origin Indication (Geographical Indication), by the National Institute of Industrial Property (INPI), including, historically, those patron systems, that preserved the forest, in the secular cabruca system, where the cacao was planted under secondary tropical forest, maintaining the extensive green of the south coast of the state of Bahia.

Keywords: multifunctional agriculture, cocoa, agrarian system, affection and reflexive expectations.

RESUMEN

Este artículo, titulado Agricultura productivista a la agricultura multifuncional en el sistema agrario cacaotero: tendencias recientes, tiene como objetivo comprender los procesos de transmisión de conocimiento en la historia y transformación del sistema agrario cacaotero, considerando la crisis económica regional que ha persistido desde la década de 1990, derivada de la crisis del monocultivo de mercancías agrícolas. Los cambios en el campo son el resultado de la expansión de los asentamientos rurales y, desde un punto de vista técnico, de la transición de una agricultura parcialmente productivista a una agricultura agroecológica y multifuncional, a través de la agricultura familiar y los nuevos asentamientos de reforma agraria. Parcialmente productivista debido a que los sistemas de producción agrícola, en la región del cacao en el estado de Bahía, se han estructurado, en el bioma de la Selva Atlántica, de selva tropical, en sistemas de producción de cabruca, recientemente reconocidos como indicación de origen (indicación geográfica) por el Instituto Nacional de la Propiedad Industrial (INPI), incluyendo históricamente aquellos sistemas de empleadores, que preservaron el bosque, ya que, en el sistema secular de cabruca, el cacao se siembra bajo selva tropical secundaria, manteniendo el extenso verde de la costa sur del estado de Bahía

Palabras clave: agricultura multifuncional, cacao cabruca, sistema agrario, afectividad y expectativas reflexivas.

1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa, intitulado *Agricultura produtivista à agricultura multifuncional no sistema agrário do cacau* visa compreender os processos de

transmissão de conhecimento na história e transformação do sistema agrário do cacau, considerando a crise econômica regional que se mantém desde os anos 1990, proveniente da crise de monocultura da mercadoria agrícola. As transformações no meio rural decorrem da expansão dos assentamentos rurais e, do ponto de vista técnico, da transição de uma agricultura parcialmente produtivista para uma agricultura agroecológica e multifuncional, através da agricultura familiar e dos novos assentamentos de reforma agrária.

Parcialmente produtivista porque os sistemas de produção agrícola, na região do cacau do estado da Bahia, estruturaram-se, no bioma Mata Atlântica, de floresta tropical, em sistemas de produção *cabruca*, reconhecidos recentemente, como indicação de procedência (indicação geográfica), pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), incluindo-se, historicamente, aqueles sistemas patronais, que preservavam a mata, haja vista, no secular sistema *cabruca*, o cacau ser plantado sob floresta tropical secundária, mantendo-se o extenso verde da costa sul do estado da Bahia. Calculam-se os rendimentos agrícolas e não-agrícolas dos sistemas de cacau *cabruca* orgânicos e não-orgânicos, assim como de demais subsistemas de cultivo, criação e beneficiamento, inferindo-se sobre pagamentos direitos pelas funções públicas da multifuncionalidade da agricultura familiar.

A crise de monocultura do cacau começa nos anos 1990, com aumento do desemprego regional, queda considerável da produção de cacau, tornando o Brasil importador de cacau e desestruturação produtiva dos sistemas agrícolas baseados em plantações de cacau sob *cabruca*, ampliando-se, de modo intensivo, o desmatamento da floresta tropical, sendo a agricultura substituída pela pastagem e criação de gado.

Não obstante a existência do sistema *cabruca*, os sistemas de produção de cacau ampliaram-se sob intenso pacote tecnológico em insumos químicos, difundido pela Comissão Especial para a Lavoura Cacaueira – CEPLAC, a partir dos anos 1960, no âmbito da expansão do produtivismo da revolução verde, consolidando, nesse período, até os anos 1970, o Brasil e região como primeiros produtores mundiais de amêndoas de cacau.

A crise de desemprego regional tanto rural quanto urbana provoca a estruturação ordenada dos movimentos sociais pela reforma agrária, intensificando-se as invasões e ocupações de terras, **vindo-se a consolidar novos assentamentos de reforma agrária, estruturando-se um tipo de agricultura familiar**, ainda dependente de políticas públicas de financiamento de crédito e investimentos básicos em infraestrutura e custeio em lavouras temporárias, para a segurança e abastecimento familiares em um primeiro momento.

Em um segundo momento, os agricultores familiares desses assentamentos de reforma agrária relativamente estruturados obtêm recursos financeiros junto a programas governamentais, particularmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), além de programas de transferência de renda, como bolsa família, programas de microcrédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil, além dos mercados institucionais, particularmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Educação nas Escolas (PNAE), programas estes extensivos à agricultura familiar da região.

Salienta-se que um tipo de agricultura familiar iniciou um processo de transição agroecológica de sistemas de produção produtivistas nos sistemas agrícolas de cacau e outras culturas, para sistemas de produção de base agroecológica, sem a utilização de agrotóxicos.

Atente-se que as práticas agrícolas ainda estejam centradas no produtivismo, da revolução verde, que vigora há décadas na região com o modelo difusionista de tecnologias dos pacotes, principalmente nos sistemas agrícolas patronais com cabruca, o esgotamento desse modelo, portanto, desse **paradigma tecnológico** corresponde à crise econômica e tecnológica profunda por que passa a região há duas décadas, com recuperação econômica lenta, exigindo diversificação produtiva centrada em paradigmas que preservem a mata atlântica, diminuam e eliminem o uso de agrotóxicos e preservem os recursos aquíferos com inclusão produtiva, mediante a geração de ocupação e emprego em torno da agricultura familiar.

Esses paradigmas apresentam-se como tendências nas agroecologias junto à agricultura familiar e aos assentamentos de reforma agrária, assim como em comunidades indígenas, assim como na revolução duplamente verde destinada a reestruturar os sistemas de produção agrícolas patronais e dos agricultores familiares sem o uso de agrotóxicos, que, em virtude da crise econômica, diminuiu consideravelmente, mantendo-se naqueles sistemas agrícolas patronais que conseguiram reestruturar-se com manejo, clonagem e hibridismo nos processos de melhoramento genético com plantas mais resistentes.

Compreendem-se as tendências de expansão de uma agricultura multifuncional baseado no sistema cabruca do cacau, inserindo-se os sistemas de produção patronais e familiares e dos assentamentos de reforma agrária, inserindo-se as funções públicas desta agricultura multifuncional, baseadas nas funções econômica, ambiental, social, cultural, territorial e educacional na transmissão de conhecimento entre gerações, relativa ao cultivo de cacau no sistema cabruca, e nas práticas agroecológicas, sendo a afetividade e as expectativas reflexivas processos de conexão espacial e temporal na sucessão hereditária e em coletividade, obtendo-se resultados microeconômicos de rendimentos dos sistemas agrícolas patronais e familiares.

2 METODOLOGIA

A metodologia baseia-se em reflexões teóricas e também em estudos de caso, utilizando-se uma convergência de métodos. Neste texto, não se abordam os resultados empírico, deixando-se para outro trabalho escrito.

- a) análise-diagnóstico em sistemas agrários desenvolvida no *Institut des Sciences et Industries du Vivant et de l'Environnement* – AgroParisTech, na França;
- b) abordagem teórica e metodológica em torno da afetividade e das expectativas reflexivas como conexões de transmissão de conhecimento e tecnologias;
- c) abordagem sobre a indicação geográfica do sistema cabruca;

- d) as noções de paradigma científico em Thomas Kuhn e paradigma tecnológico entre os neoschumpeterianos e evolucionistas para a abordagem relativa às agriculturas produtivista e multifuncional;
- e) abordagem teórica e metodológica centrada no pensamento de Chayanov

A metodologia implica pesquisa de dados secundários e levantamento de dados empíricos junto aos agricultores familiares e produtores patronais produtivistas, em transição ou multifuncionais da região cacauceira.

Para entender o processo de evolução da agricultura, é preciso conhecer a estrutura social do meio rural, a tipologia das propriedades agrícolas. **Para Chayanov, a propriedade camponesa é um fenômeno social complexo e heterogêneo.** Chayanov apresenta a tese essencial de que, para as empresas agrícolas, a forma mais eficiente não é nem a grande e nem a pequena, mas uma média ótima, na qual se equilibram as vantagens e desvantagens da pequena e grande propriedade. A produção ótima é considerada aquela que terá custo menor. O ótimo depende de condições geográficas, da especialização da produção e de outros fatores objetivos (CARVALHO, 2014).

O método Análise-diagnóstico em sistemas agrários baseia-se em passos progressivos, partindo do geral para o particular, ou seja, de uma escala macro (internacional, nacional e regional) para a menor dimensão de produção e reprodução das famílias rurais (a unidade familiar). Considera os subsistemas de *atividades agrícolas e não-agrícola* – diante da importância crescente do fenômeno da pluriatividade na ocupação e renda das famílias rurais – e valoriza os subsistemas *extrativismo, quintal* e o *trabalho doméstico* – como atividades essenciais na reprodução da unidade familiar.

Essa estratificação pode ser realizada através de zoneamento agroecológico, da tipologia de famílias e da tipologia de sistemas de atividades. Além disso, a capacitação para implementação da metodologia envolve outras diferentes práticas e processos participativos de ensino-aprendizagem. Trabalha-se com amostragens dirigidas, analisando-se a diversidade dos fenômenos mais importantes. O tamanho da amostra é determinado, sobretudo, pela complexidade e diversidade da realidade estudada. Antes, porém, define-

se a escala de abordagem: território, município ou comunidade rural (agricultores familiares, indígenas ou quilombolas), um assentamento de reforma agrária ou mesmo uma comunidade urbana ou peri-urbana, onde se pratique agricultura e outras atividades.

O método baseia-se em passos progressivos, partindo do geral para o particular. Na abordagem de gênero e gerações, acrescentam-se outros níveis conforme o quadro seguinte, como o subsistema de *atividades não-agrícolas*, diante da importância crescente do fenômeno da pluriatividade na ocupação e renda das famílias rurais, o *subsistema extrativismo*, o *subsistema quintal* e o *subsistema trabalho doméstico*.

Essa estratificação pode ser realizada através de zoneamento agroecológico e da tipologia de produtores sistemas de atividades. Trabalha-se com amostragens dirigidas, analisando-se a diversidade dos fenômenos mais importantes. O tamanho da amostra é determinado sobretudo pela complexidade e diversidade da realidade estudada. Antes, porém, define-se a escala de abordagem: região, município ou comunidade tradicional de agricultores familiares, indígenas ou quilombolas, ou um assentamento de reforma agrária, ou uma comunidade urbana ou peri-urbana onde se pratiquem agricultura e outras atividades.

Nesta metodologia, são feitas uma análise global da região, leitura de paisagem, coleta e tratamento dos dados, entrevistas históricas e elaboração das tipologias dos sistemas de produção e das famílias. A seguir, apresentam-se os conceitos de sistema de atividades, subsistema de cultivo, subsistema de criação, subsistema de beneficiamento ou transformação, subsistema quintal, subsistema extrativismo, subsistema atividades não-agrícolas, e subsistema trabalho doméstico.

3 REFLEXÕES TEÓRICAS

Segundo Kuhn (2011), a escolha do termo paradigma, pretende-se sugerir que alguns exemplos aceitos na prática científica real, que incluem, ao mesmo tempo, lei, teoria, aplicação e instrumentação – proporcionam modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica. Homens cuja

pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica.

A tecnologia desempenhou muitas vezes um papel vital no surgimento de novas ciências, já que os ofícios são uma fonte facilmente acessível de fatos que não poderiam ter sido descobertos casualmente.

As escolas características dos primeiros estágios do desenvolvimento de uma ciência criam essa situação. Nenhuma história natural pode ser interpretada na ausência de pelo menos algum corpo implícito de crenças metodológicas e teóricas interligadas que permita seleção, avaliação e crítica. **Tanto a acumulação de fatos** como a articulação da teoria tornaram-se atividades altamente orientadas.

O novo paradigma implica uma definição nova e mais rígida do campo de estudos. Aqueles que não desejam ou não são capazes de acomodar seu trabalho a ele tem que proceder isoladamente ou unir-se a algum grupo. Um paradigma é um modelo ou padrão aceito. Um paradigma pode ser muito limitado, tanto no âmbito como na precisão, quando de sua primeira aparição.

Os paradigmas adquirem seu status porque são mais bem-sucedidos que seus competidores na resolução de alguns problemas que o grupo de cientistas reconhece como graves. O paradigma força os cientistas a investigar alguma parcela da natureza com uma profundidade e de uma maneira tão detalhada que de outro modo seria inimaginável.

Kuhn (2011) afirma **uma classe de fatos em que o paradigma mostrou ser particularmente reveladora da natureza das coisas**. Ao empregá-los na resolução de problemas, o paradigma tornou-os merecedores de uma determinação mais precisa, numa variedade maior de situações.

Uma segunda classe usual de fatos a serem determinados, porém mais restrita, diz respeito àqueles fenômenos que, sem muito interesse intrínseco, podem ser diretamente comparados com as predições da teoria do paradigma (KUHN, 2011). O período paradigmático é regularmente marcado por debates frequentes e profundos a respeito de métodos, problemas e padrões de solução legítimos. A substituição de paradigmas por regras deveria facilitar a compreensão da diversidade de campos e especializações científicas.

Um paradigma governa, em primeiro lugar, não um objeto de estudo, mas um grupo de praticantes da ciência. Qualquer estudo de pesquisas orientadas por paradigma, ou que levam à destruição de paradigma, deve começar pela localização do grupo ou grupos responsáveis (KUHN, 2011). O conceito de paradigma tecnológico decorre do conceito de paradigma científico (KUHN, 2011).

Dosi construiu o conceito de paradigma tecnológico: um **modelo de soluções de problemas técnicos**, baseado nas ciências naturais, para adquirir novos conhecimentos que os seus proprietários procuram salvaguardar contra uma difusão excessivamente rápida entre os concorrentes.

Os paradigmas tecnológicos definem as **oportunidades de inovações sucessivas** em certa direção ou **trajetória tecnológica**. Quando o paradigma se esgota, são necessários conhecimentos científicos e tecnológicos diferentes para o desenvolvimento de processos biotecnológicos.

Freeman e Perez propõem incluir fatores econômicos, mudanças nos custos associados a condições de produção e distribuição na análise da inovação. Os fatores institucionais podem ser determinantes nos processos de inovação e modernização das empresas. O paradigma tecnoeconômico é resultado de um **processo de seleção de uma série de combinações viáveis de inovações técnicas, organizacionais e institucionais**, provocando transformações que permeiam toda a economia com importante influência no comportamento da mesma.

Há um consenso de haver crise no paradigma produtivista da revolução verde com impactos sociais e ambientais com a queda da produtividade agrícola e mudanças nos pontos de sustentação do paradigma, historicamente compreendendo diferentes tecnologias em diferentes regiões do Brasil, produção de riqueza e de miséria, com desigualdade social e desemprego.

Entre os impactos econômicos e ambientais, tem-se os seguintes: elevação dos custos de produção; elevação dos níveis de produtividade alcançados com o atual padrão tecnológico de modernização que se torna cada vez mais difícil; o custo de doses adicionais de fertilizantes seria superior à renda que se poderia obter; impossibilidade de aumentar a escala de trabalho dos

equipamentos mecânicos (preparo do solo, colheita) com degradação da estrutura física do solo provocado pelos pesos das máquinas e equipamentos; intensa mecanização e uso dos insumos modernos (fertilizantes e defensivos agrícolas) e a degradação do meio ambiente; utilização de pacotes modernos com aumento do processo de erosão; e processo agravado nos países de clima tropical com preparação sem proteção do solo; aração do solo nos trópicos como problema em virtude das chuvas fortes e a queima da microvida do solo pelo sol; poluição química com utilização de agroquímicos com contaminação das águas, da vida animal e dos homens; utilização de defensivos agrícolas que eliminam os inimigos naturais das pragas, rompendo o equilíbrio biológico.

Como paradigma tecnológico radicalmente contrário ao produtivo, surgem as agroecologias como conjunto de princípios cuja base é a utilização de técnicas que garantam a preservação do meio ambiente e uma agricultura sustentável, envolvendo diferentes tendências, como a agricultura biológica, a agricultura biodinâmica, a agricultura orgânica e a permacultura, cada uma com suas especificidades. Tem, como denominador comum, a preocupação ambiental.

O pensamento agroecológico fundamenta-se nos princípios ecológicos tendo, como ponto de partida, os sistemas naturais, como os estudos sobre os sistemas de produção indígenas e de camponeses com um enfoque mais abrangente das unidades agrícolas, analisados do ponto de vista do uso e aproveitamento dos recursos, considerando as mudanças que interferem nas comunidades. A unidade de produção agrícola como um tipo especial de ecossistema, um agroecossistema onde ocorre uma série de relações ecológicas.

Constata-se que as técnicas importadas dos países desenvolvidos provocaram agressões ao meio ambiente por serem inadequadas ao clima e à complexidade dos ecossistemas tropicais e os pacotes tecnológicos dos países desenvolvidos levaram a um processo de marginalização da população rural do meio rural no Terceiro Mundo;

As agroecologias surgem como aplicação dos princípios que regem o funcionamento dos sistemas naturais na agricultura, com base na ciência agrônômica, juntamente com outras ciências, como as ciências sociais, no conhecimento acumulado dos sistemas indígenas e no saber dos agricultores.

As agroecologias consistem no modelo de agricultura sustentável que garante a preservação dos recursos naturais e capacidade produtiva dos sistemas agrícolas e o desenvolvimento das comunidades rurais.

As inovações tecnológicas tendem a se aproximar da produção familiar, caracterizando-se por um caráter mais artesanal. A agricultura familiar está mais próxima dos princípios agroecológicos seja pela sua lógica produtiva ou tradição de policultura. A lógica produtiva não se baseia na produtividade. O produtor direto visa à manutenção do patrimônio familiar e conserva uma tradição de policultura que o aproxima da sustentabilidade ecológica.

O sistema produtivo agroecológico tende a ser apropriado às condições naturais da região e aos recursos dos agricultores, considerando as complexas relações existentes entre os elementos de uma propriedade, em torno de um desenvolvimento ecologicamente equilibrado.

4 A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A agricultura multifuncional surge ancorada no movimento ecológico europeu, destacando-se o francês, sendo meta atual da Política Agrícola Comum (PAC) Europeia, visando o desenvolvimento sustentável. O Brasil não tem e está distante de ter uma política pública destinada a uma agricultura multifuncional e o desenvolvimento sustentável enquanto não reestruturar as bases tecnológicas do seu agronegócio, hoje conduzido pela orientação científica do paradigma produtivista. Possui programas específicos relacionados ao tema com a concessão de pagamentos diretos a agricultores familiares mediante bolsa verde.

A multifuncionalidade refere-se ao fato que uma atividade econômica pode ter produções múltiplas e contribuir a satisfazer vários objetivos para a sociedade. A multifuncionalidade é um conceito que se refere à atividade, considerando as propriedades específicas do processo de produção de seus produtos múltiplos (OCDE, 2001).

Os bens públicos produzidos pela multifuncionalidade da agricultura resultam da ação de políticas implementadas por agentes econômicos privados. As paisagens rurais são o resultado da ação de agentes econômicos privados,

em uma estrutura produtiva privada, mas são um bem público. Uma parte dos bens não são comercializáveis, como o bem-estar (GALVÃO; VARETA, 2010).

A França foi o primeiro país a adotar o conceito de multifuncionalidade como política pública concreta e imediata ao criar os chamados “contratos territoriais de exploração” que consistem em uma forma contratual de compensar os agricultores que perderam ganhos ao proporem um modelo diferenciado de uso dos recursos naturais da sua propriedade com vista à proteção do seu patrimônio natural, social ou cultural. A política agrícola da União Europeia tem-se voltado mais para uma política de desenvolvimento rural, da busca de um equilíbrio entre valores econômicos, sociais e ecológicos, ainda que os empregos não-agrícolas sejam dominantes e os agricultores ocupados em tempo parcial (GALVÃO; VARETA, 2010).

A produção agrícola influencia as paisagens pela combinação de decisões que concernem à utilização das terras, composição dos produtos de base e as práticas do estabelecimento. As mudanças estruturais, como a replantação de construções no estabelecimento rural, a junção de parcelas de terra tem efeitos sobre a paisagem. A intensificação da produção agrícola nos últimos decênios reduziu a diversidade da paisagem em várias regiões em função da simplificação das estruturas das terras agrícolas e modos de utilização das terras, baixa diversidade de culturas, o desaparecimento de árvores, lagoas e outros aspectos da paisagem que são obstáculo à mecanização, ao surgimento de construções agrícolas de tipo industrial que transformam a paisagem.

As tecnologias e práticas culturais são importantes para o meio ambiente. Os métodos de cultivo e colheita inadequados com base em máquinas pesadas podem conduzir à degradação dos solos ou sua compactação. O trabalho mínimo do solo e suas práticas culturais de conservação dos solos reduzem a exposição do solo à erosão aérea e hídrica. As culturas por rotação e as culturas de cobertura podem enriquecer o solo em elementos nutritivos e em matéria orgânica.

Os sistemas de exploração que respeitam o meio ambiente, como a agricultura biológica, apoiam-se, na maior parte, em técnicas de produção especialmente adaptadas aos ciclos biológicos e riscos. Uma produção menos intensiva pode aumentar o nível de certos produtos e serviços ambientais.

A abordagem multifuncional propõe uma assinatura de diferentes funções complementares no meio rural. A função econômica passa para a produção agrícola que deve assegurar um rendimento às casas e certo número de atividades derivadas. A função socioestrutural implica a promoção do emprego, o desenvolvimento do tecido social, as atividades associativas e os vínculos entre as populações urbanas e rurais. A função ambiental implica a gestão durável dos recursos renováveis: solo, água, biodiversidade ou paisagens.

Quanto ao meio ambiente natural, as restrições em termos de fertilizantes e produtos fitossanitários eliminam os riscos de contaminação e de poluição do meio natural, tanto para o solo quanto para o lençol freático, enquanto que a agricultura biológica propõe a aplicação das práticas culturais que restauram e mantem a fertilidade do solo. Assim, **a reconversão de um estabelecimento agrícola convencional em agricultura biológica constitui um elemento suplementar de sua contribuição à regeneração das terras degradadas pela agricultura produtivista** (PAPAGEORGIU, 2002).

A noção de multifuncionalidade dos territórios rurais, ou da agricultura, está-se tornando um conceito um conceito popular que releva uma realidade antiga do mundo rural, em virtude de diferentes funções que exerce. Um agricultor produz a carne ou o leite e faz a gestão de uma parcela do território que contribui para criar uma paisagem rural que beneficia a indústria turística, contribuindo para a manutenção de um ecossistema e seus recursos naturais. Três funções são executadas ao mesmo tempo: a função econômica de produção e criação de emprego, a função ambiental de proteção e valorização de um ecossistema e uma função social ou cultural, que consiste na criação de uma paisagem com um valor, mantendo-se certas tradições agrícolas, como parte de uma cultura local (JEAN, 2007).

As múltiplas funções (multifuncionalidade) dos territórios rurais compreendem também as seguintes: a função de produção, que fornece aos consumidores produtos saudáveis e de qualidade, produtos cuja origem e condições de produção são conhecidas; a função territorial, de ocupar os territórios, gerar espaço, preservar as paisagens e os recursos naturais e a

função social que contribui ao emprego, animação do meio rural, produção dos serviços coletivos (JEAN, 2007).

A estruturação do sistema agrário cabruca do cacau no Sul da Bahia ocorreu no processo histórico da região, com a expansão dos sistemas agrícolas na primeira para a segunda metade do século XX, através de ocupação primária da terra, grilagem e aquisições via mercado e transmissão de conhecimento intergeracional no âmbito da afetividade familiar e nas expectativas reflexivas coletivas em que as técnicas, o manejo e os pacotes tecnológicos difundem-se entre os agricultores, formando-se um sistema agrário próprio com tipos de sistemas de produção agrícola e categorias de agricultores.

5 AFETIVIDADE COMO SENTIMENTO ESTRUTURANTE NA TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTOS DO SISTEMA CACAU CABRUCO

O afeto à família e à comunidade é um sentimento presente e intenso nas relações em comunidade. Tradição, costumes, hábitos, cultura e educação que perpassa gerações, mantêm-se e transformam-se na história de uma comunidade, particularmente. Nesse texto, não se trata de sociedade, como categoria genérica, ou de uma nação, Estado ou de âmbito regional, mas da família em comunidade inserida numa cultura identificada a um território (BITTENCOURT MACHADO, 2018).

A questão que se coloca é a seguinte: o que as une? Qual é o elo entre a família, a comunidade¹ e o território local? O que as interliga? O que conecta essa relação? É a afetividade consolidada no âmbito da educação familiar. São os laços afetivos estabelecidos desde a infância no seio da família que adiante,

¹ Os significados e sensações que as palavras carregam não são independentes. “Comunidade” produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra “comunidade” carrega – todos eles prometendo prazeres e, no mais das vezes, as espécies de prazer que gostaríamos de experimentar, mas que não alcança mais... Quem não gostaria de viver entre pessoas amigáveis e bem intencionadas nas quais pudesse confiar e de cujas palavras e atos pudesse se apoiar? Para nós em particular, que vivemos em tempos implacáveis, tempos de competição e de desprezo pelos mais fracos, quando as pessoas em volta escondem o jogo e poucos se interessam em ajudar-nos, quando em resposta a nossos pedidos de ajuda ouvimos advertências para que fiquemos por nossa própria conta, quando só os bancos ansiosos por hipotecar nossas posses sorriem desejando dizer “sim”, e mesmo eles apenas nos comerciais e nunca em seus escritórios – a palavra “comunidade” soa como música aos nossos ouvidos. O que essa palavra evoca é tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes (BAUMAN, 2001).

na juventude e na fase adulta, permanecem na memória do indivíduo em relação ao passado, quanto ao que pode ser realizado no presente, pensando no futuro ((BITTENCOURT MACHADO, 2018).

O afeto: este é o elo principal que vai consolidar o sentimento de pertencimento e de identidade de um indivíduo a uma comunidade. Esse sentimento que impulsiona empiricamente a ação de jovens rurais em busca de bem-estar, para a sua família e a comunidade onde reside, precisa ser reconhecido e valorizado pelo Estado como uma estratégia de desenvolvimento e de alcance das políticas públicas nas localidades. (BITTENCOURT MACHADO, 2018).

Os processos migratórios não rompem os laços afetivos de forma alguma com a família (mulheres e filhos, ou pais e avós), a herança imaterial e imemorial, nem com a comunidade onde o indivíduo se formou com uma visão de mundo. As migrações são consequência da não valorização do sentimento de afetividade presente nas famílias rurais em comunidade, que o mercado e as relações sociais não a garantem (BITTENCOURT MACHADO, 2018).

Às relações sociais no mercado não interessa o afeto ao local, à cultura, à herança imaterial da família. O mercado, em suas relações de dominação e subordinação de classe, destrói a família dos agricultores familiares, camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e outros grupos sociais inseridos na lógica da acumulação de capital. Violentam-se a educação familiar intergeracional e os laços de afetividade, não somente transformando o indivíduo e a família em mercadorias, mas mediante violação cultural (BITTENCOURT MACHADO, 2018).

Os laços de afetividade são violentamente reprimidos pelas relações sociais² no mercado, o que obriga o indivíduo a deixar o *locus* onde nasceu, cresceu e formou-se para vida na educação familiar, em que o trabalho doméstico e o trabalho agrícola (educação doméstica e educação para o

² Segundo Maurice Stein *apud* BAUMAN (2001), as comunidades se tornam cada vez mais dispensáveis... As lealdades pessoais diminuem seu âmbito com o enfraquecimento sucessivo dos laços nacionais, regionais, comunitários, de vizinhança, de família e, finalmente, dos laços que nos ligam a uma imagem coerente de nós mesmos. A decadência da comunidade se perpetua : uma vez instalada, há cada vez menos estímulos para deter a desintegração dos laços humanos e para procurar meios de unir de novo o que foi rompido (BAUMAN, 2001).

trabalho) são fundantes das condições de autonomia do jovem rural diante do mercado (BITTENCOURT MACHADO, 2018).

A função educativa estabelece os laços de afetividade do indivíduo com a comunidade, o território local, criando as condições para o fortalecimento de relações comunitárias. Enfraquecem-se essas relações através de movimentos migratórios decorrentes da ausência de ocupação, trabalho e renda na região, e quando o Estado não se faz presente através das políticas públicas (BITTENCOURT MACHADO, 2018).

6 CHAYANOV E A FAMÍLIA

Nesse contexto, o pensamento de Chayanov funda-se para o entendimento da organização econômica dos sistemas de produção agrícola e a relação entre tamanho demográfico e trabalhadores ativos da família, estabelecendo-se as condições de produção para o autoconsumo, a produção de excedente agrícola para o mercado e o esforço no trabalho, e a manutenção dos sistemas de produção agrícola.

No enfoque de Chayanov, o central é o tamanho da família que depende de seu ciclo de desenvolvimento desde a constituição até a morte do chefe da família que se cruzam em diferentes períodos. São as variações na força de trabalho disponível em cada grupo doméstico que determinarão o acesso à terra. O ciclo de diferenciação familiar explica o fato de que diferentes grupos de camponeses apareçam como possuidores de parcelas de terra de diferentes tamanhos, segundo Archetti (2014).

Segundo Archetti (2014), para Chayanov, o camponês não tende a ultrapassar um limite fixado por certas necessidades e do qual depende o grau de exploração de sua força de trabalho; se existe um excedente, o equilíbrio se restabelece mediante uma redução, no seguinte ano econômico, do desgaste de energia.

Chayanov define a economia camponesa como um modo de produção no mesmo nível que os modos de produção escravista ou capitalista; por outro lado, para Marx, a produção mercantil simples nunca chega a constituir-se num modo

de produção dominante e, como tal, pode estar presente e desenvolver-se sob diferentes modos de produção (ARCHETTI, 2014).

Na comunidade de grupos de produção domésticos, quanto maior seja a capacidade de trabalho de cada grupo, menos trabalham seus membros; a intensidade de trabalho num sistema de produção doméstico varia de maneira inversa à capacidade de trabalho relativa de cada unidade de produção (ARCHETTI, 2014).

A análise de Chayanov tem duas importantes consequências empíricas: sob que condições a nova tecnologia vai ser aceita pelos produtores camponeses? A primeira hipótese que se depreende é a de que só é válido o argumento de que a tecnologia é boa se proporcionar um rápido aumento da produtividade do trabalho. O camponês estará orientado para dois fins: obter mais receita e isso com menos trabalho, mas só alcançará esses fins se mantiver uma cota de intensidade de trabalho que lhe permita utilizar seus recursos de força de trabalho (ARCHETTI, 2014).

O camponês ou o artesão que gere a sua própria empresa, sem recurso ao trabalho assalariado, obtém, como resultado do trabalho de um ano, uma quantidade de produtos que, depois de vendidos no mercado, formam o produto bruto de sua exploração. Deste produto bruto temos de deduzir uma soma correspondente aos custos de produção materiais necessários durante o ano; fica então o aumento de bens materiais em valor obtido pela família graças ao seu trabalho do ano ou o produto do trabalho dessa família. Este produto do trabalho familiar é a única categoria possível de rendimento para uma exploração artesanal ou camponesa baseada no trabalho familiar, visto não existir maneira de decompor analítica e objetivamente o rendimento, uma vez que o fenômeno social do salário não existe, também não existe o fenômeno social do lucro líquido. Impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro (CHAYANOV, 2014).

Numa exploração com base no trabalho familiar, a família, equipada de meios de produção, utiliza a sua força de trabalho para cultivar o solo e obtém, como resultado de um ano, uma certa quantidade de bens. Uma olhadela apenas para a estrutura interna desta exploração bastaria para nos fazer perceber que, na ausência da categoria salário, é impossível situar nesta estrutura o lucro

líquido, a renda e o juro do capital, considerados como verdadeiras categorias econômicas no sentido capitalista do termo (CHAYANOV, 2014).

Um aumento de produtividade do trabalho resulta a obtenção de uma idêntica quantidade de produto com menos trabalho. Isto permite à unidade econômica aumentar a produção e satisfazer inteiramente a procura familiar. Quanto mais a família estiver sobrecarregada de pessoas incapazes de trabalhar, maior é o significado de cada unidade monetária de rendimento bruto do ponto de vista do consumo, intensificando-se a autoexploração da força de trabalho familiar, a fim de que o nível de vida da família, ameaçado por uma procura acrescida, possa até certo ponto manter-se (CHAYANOV, 2014).

Em regiões de povoamento denso, a penúria de terras não permite à família camponesa desenvolver a sua plena capacidade de trabalho segundo formas de organização ótimas, fornecendo-se uma remuneração máxima do trabalho. Para a exploração capitalista, essas formas ótimas de organização são uma norma absoluta. Sempre que há uma nova intensificação, o efeito de input de trabalho suplementar diminui regularmente segundo a lei dos rendimentos decrescentes; o lucro líquido diminui também. Nas explorações não capitalistas com falta de terras, a preocupação de satisfazer as necessidades anuais constrange a família a uma intensificação cuja lucratividade diminui. Os membros da família obtêm um aumento de produto anual total do trabalho à custa de uma diminuição do rendimento por unidade de trabalho (CHAYANOV, 2014).

O produto do trabalho familiar, único e indivisível e, por conseguinte, a prosperidade da exploração familiar, não aumenta de maneira tão marcada como o rendimento da exploração capitalista influenciada pelos mesmos fatores. O trabalhador camponês, ao tomar consciência do aumento da produtividade do trabalho, não deixa de equilibrar mais cedo os fatores econômicos internos da sua exploração, isto é, diminui a autoexploração da sua capacidade de trabalho (CHAYANOV, 2014).

A importância do produto do trabalho é principalmente determinada pela dimensão e composição da família, ou seja, o número de pessoas da família capazes de trabalhar pela produtividade da exploração e – o que é particularmente

importante – pelo grau de autoexploração, graças ao qual os ativos fornecem uma certa prestação de trabalho ao longo do ano (CHAYANOV, 2014).

Wanderley (2014) afirma que o objetivo da obra de Chayanov consiste em formular uma teoria explicativa do modo de funcionamento das unidades familiares de produção na agricultura, o esforço de compreender o campesinato, em seu contexto mais global da sociedade capitalista moderna e o confronto com o projeto de coletivização stalinista e a formulação de um projeto alternativo.

Para Chayanov, o produto familiar é fundamentalmente um proprietário que trabalha. Quem trabalha é o agricultor e sua família e é familiar a propriedade do estabelecimento. Na unidade familiar de produção, o resultado da produção constitui um rendimento indivisível do qual é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra (WANDERLEY, 2014).

O produtor efetua o que ele chama um balanço entre o trabalho e o consumo, entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família. Para Chayanov, a relação entre o trabalho e o consumo é definida internamente no nível da própria composição da família. Para ele, a família camponesa nunca é igual a ela mesma ao longo de sua existência (WANDERLEY, 2014).

7 O SISTEMA CACAU CABRUCO E A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

O cacau é fruto do cacaueiro, uma árvore de médio porte – 4 a 8 metros – de folhas longas, aproximadamente 30 cm, cujos frutos medem entre 15 e 30 centímetros de comprimento por 7 a 12 centímetros de circunferência, com formato elipsoidal, composto por 30-40 amêndoas. É um fruto originário de regiões pluviais da América Tropical, e ao se espalhar deu origem a dois grupos importantes: o crioulo e o forasteiro. Esse último foi o que se espalhou pela Bacia Amazônica e é considerado o verdadeiro cacau brasileiro, com frutos ovóides, superfície lisa, imperceptivelmente sulcada ou rugosa, e sementes roxas (SLOW FOOD Brasil, 2018).

Uma mutação no forasteiro deu origem ao cacau catongo, de sementes brancas, descoberto na Bahia. Foi no sul desse mesmo estado em que o cacau

melhor se adaptou, chegando a ser responsável por 95% da produção de todo o cacau do Brasil. Na Bahia, o primeiro registro histórico do cacau ocorreu no ano de 1655, quando D. Vasco de Mascarenhas enviou uma carta ao capitão-mor Grão-Pará, falando sobre sua afeição ao fruto. Em 1746 foram realizados os primeiros cultivos de cacau no sul da Bahia, especificamente no município de Canavieiras. Em 1752, o cultivo chegou em Ilhéus, sendo desde então a cultura que característica dessa região. Tendo se adaptado com muita facilidade na Mata Atlântica baiana, chegou a ser, nas primeiras décadas do século XX, o mais importante produto de exportação desse estado (SLOW FOOD Brasil, 2018).

Após a incidência da vassoura-de-bruxa na região, uma doença dos cacauzeiros causada por fungo *crinipellis perniciososa* que diminuiu consideravelmente a produção local, foram inseridas variedades mais resistentes ao fungo, dentre as quais destacam-se a Theobahia e os clones CEPEC 2002-2011, que fazem parte do cultivo em muitas áreas de produção da região. **A região cacauzeira da Bahia desenvolveu saberes e experiências locais que fundamentaram um modelo único de agricultura – o sistema cabruca. O plantio tradicional do cacau no sul da Bahia seguiu o sistema de “mata cabrucada” que é caracterizado pelo plantio do cacau sob a sombra das árvores da Mata Atlântica e é utilizado na região por mais de 200 anos. Essa prática foi utilizada inicialmente pelos primeiros imigrantes, podendo assim o sistema cabruca ser considerado um precursor dos atuais sistemas agroflorestais** (SLOW FOOD Brasil, 2018).

Frequentemente o cacau cabruca está associado ao cacau orgânico. Entretanto nem todo cacau cabruca é orgânico, já o sistema cabruca indica o plantio do cacauzeiro sob as árvores nativas da mata, sendo facultativo o uso de agrotóxicos ou outras técnicas para controle de pragas. No entanto, com o objetivo de produzir frutos bons, limpos e justos, de base agroecológica, grande parte das comunidades e fazendas no sul da Bahia produz cacau cabruca orgânico (SLOW FOOD Brasil, 2018).

Grandes propriedades rurais de monoculturas de eucalipto, café conilon e a pecuária extensiva, tem ameaçado esse patrimônio através da queima,

desmatamento e conseqüentemente, substituindo a produção do cacau (SLOW FOOD Brasil, 2018).

A colheita do cacau é realizada em duas fases: a safra (setembro a fevereiro) e a temporão (março a agosto). No processo são escolhidos apenas os frutos maduros, indicado pela coloração amarelada da casca e o som emitido pelo fruto ao receber choques mecânicos. Após a colheita ocorre a quebra do cacau, em que os trabalhadores quebram o fruto com a ajuda de um facão e removem sua polpa. Em seguida, toda a polpa coletada é colocada em caixas para o transporte até o beneficiamento, usualmente realizado nas próprias fazendas. A quebra do cacau geralmente acontece na própria mata e é um espaço de diálogo e momento social das comunidades, já que o trabalho é coletivo e dividido por atividades (SLOW FOOD Brasil, 2018).

O beneficiamento primário da polpa do cacau consiste na fermentação alcoólica, retirando a polpa e aperfeiçoando as características organolépticas. Essa etapa é realizada em caixas em um ambiente controlado. Após aproximadamente sete dias, toda a polpa foi removida, restando amêndoas de coloração escura. A remoção da polpa resulta também no mel de cacau, que é o líquido que escorre das caixas. Para esse processo são utilizadas duas técnicas: as amêndoas podem ser espalhadas em um plano inclinado ou são utilizadas caixas com furos para a fermentação. Então, as sementes passarão pela segunda etapa do beneficiamento: a seca. Dada as elevadas temperaturas e umidade na região do sul da Bahia, este processo é comumente realizado em instalações chamadas barcaças, uma espécie de casa com teto móvel, onde as amêndoas são espalhadas em bandejas e expostas ao sol. Este processo dura cerca de uma semana, dependendo das condições climáticas do período. Em tempos chuvosos podem ser utilizadas estufas. A partir da seca, a amêndoa do cacau já está pronta para ser utilizada das mais diversas formas, desde o nibs até chocolates internacionalmente conhecidos.

Rituais tradicionais como a quebra do cacau e o manejo familiar do cacau não serão perdidos para as próximas gerações. Mais que um método para aperfeiçoar a produção, a cabruca é um importante mecanismo de proteção do bioma da Mata Atlântica, coexistindo com mais de 250 espécies de plantas e

animais, como o mico-leão-de-cara-dourada, que está sob ameaça de extinção. Ademais, estudos recentes comprovam a redução na emissão de carbono para atmosfera, comparado aos demais tipos de manejo (SLOW FOOD Brasil, 2018).

Muitas comunidades da região utilizam o cacau para consumo próprio e venda em feiras livres para complemento de renda. Tais produtos são, geralmente, de baixo valor agregado, como a cocadas, geleias e licores. Existem comunidades indígenas que cultivam cacau no sul da Bahia no sistema de cabruca orgânico, tais como a comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro localizada no município de Buerarema. Em alguns assentamentos rurais localizados no Sul da Bahia, como o Assentamento Terra Vista localizado no município de Arataca, encontram-se iniciativas de agricultores familiares com produção de cacau cabruca agroecológico, sendo referencia regional (SLOW FOOD Brasil, 2018).

Em 2018, o **cacau cabruca** foi reconhecido como indicação geográfica pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). A Indicação Geográfica (IG), regulamentada pela Lei de Propriedade Industrial, é um instrumento de propriedade intelectual utilizado por diversos países, direcionado à proteção e valorização de produtos tradicionais vinculados à sua origem de produção.

O produto vinculado à sua origem, com garantia e proteção legal, via IG, pode ser o elo central de um círculo virtuoso de qualidade, em um sistema territorial. Sua concepção e essência tem, como objetivo, garantir a qualidade da produção e de associação de produtos à sua origem geográfica, aspectos que a transformam em uma ferramenta estratégica de diferenciação de produtos agrícolas.

Os benefícios da implementação da IG para pequenos e médios produtores de produtos tradicionais incluem, entre outras funções, o estímulo às inovações nas técnicas de produção, preservação do território e fomento ao turismo regional.

A Indicação de Procedência (IP), sendo este o nome geográfico do país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. A Denominação de Origem (DO) é o nome

geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusivamente ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos.

A Associação Cacau Sul Bahia, autora do pedido de Indicação Geográfica no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) é formada por 14 associações, cooperativas e instituições setoriais entende-se que a IG através da ACSB impulsiona pode impulsionar a cadeia do cacau e chocolate nos seus diversos âmbitos, econômico, social, ambiental e de difusão tecnológica. Em 30 de janeiro de 2018, houve a concessão da Indicação de Procedência Sul da Bahia – IP Sul da Bahia.

A primeira etapa no processo da realização da IG foi feita a avaliação da organização dos produtores, escolhendo-se assim a APC (Associação dos Produtores de Cacau), como requerente da IG em parceria com COOPERAPC (Cooperativa Agroindústria do Cacau e Chocolate), COOPAG (Cooperativa Agrícola de Gandú), AGIIR (Associação dos Gestores de Ibirataia, Ipiaú e Região), COOAFBA (Cooperativa da Agricultura Familiar da Bahia), Cooperativa Cabruca, Fazenda Lajedo do Ouro, Mars Cacau e RPPN Mãe da Mata. O segundo passo foi o levantamento histórico cultural da região comprovando assim a existência do cultivo do cacau na região Sul da Bahia (REIS *et al*, 2018).

Salienta-se a Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia. O “cacau cabruca” da Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia contribui não só com a conservação da biodiversidade do sul da Bahia, mas também com a saúde e o bem-estar de seus consumidores. Estudos científicos comprovam que as cabrucas funcionam como corredores ecológicos para fauna e flora nativas, proporcionando caminhos seguros para muitas espécies se deslocarem entre os remanescentes florestais da Mata Atlântica do sul da Bahia. A maior parte da produção de amêndoas secas fornecidas pela CABRUCUA é vendida diretamente para a indústria chocolateira nacional e internacional. Uma pequena parte é transformada em matéria prima direcionada para a indústria cosmética (COOPERATIVA, 2018).

Pode-se afirmar que, na origem, o sistema do cacau cabruca seguia os princípios do que viria a ser, no século XX, de agroecologias, desde a sua

plantação na segunda metade do século XVIII, no município de Canavieiras, no sul da Bahia, até meados do século XX, com a revolução verde. Esses valores históricos agroecológicos vem sendo retomados com o reconhecimento de indicação geográfica do cacau cabruca orgânico, como tendência de uma agricultura multifuncional em substituição a uma agricultura produtivista.

8 CONCLUSÃO

Desde a crise da monocultura da região cacauzeira, no sul da Bahia, no final dos anos 1980, o sistema agrário que a estrutura vem passando por sucessivas transformações com o surgimento de novos eventos sociais, econômicos e tecnológicos, que alteraram, radicalmente, o padrão de acumulação dos agentes econômicos rurais e urbanos. A expansão do fungo *crinipellis pernicioso*, causador da doença Vassoura-de-bruxa reduziu, substancialmente, a produção de cacau da região, acarretando considerável perda de renda regional, como desemprego e queda da massa salarial e redução dos lucros e renda da terra dos fazendeiros de cacau

A crise sistêmica regional, complexa e completa, pois compreendeu fatores de desequilíbrio ambiental irreversível no tempo, econômicos e tecnológicos, ao destruir as estruturas produtivas, criou as condições para a expansão dos movimentos sociais rurais e a consolidação dos assentamentos de reforma agrária, mediante a política de desapropriação dos imóveis rurais, abandonados ou tornados improdutivos ou menos produtivos. Os trabalhadores desempregados do meio rural que foram inchar os centros urbanos regionais com o surgimento de novas favelas viram, na reforma agrária, uma oportunidade de terem um espaço para morar, alimentar-se, ocupar-se e produzir a si e à sua família.

Não obstante a crise social, a paisagem geográfica mudara em virtude de sucessivos desmatamentos que transformavam as áreas de floresta tropical, necessárias para a implantação secular do sistema cabruca de sombreamento do cacauzeiro, em novas pastagens para a criação de gado anelorado ou mestiço leiteiro e de novas áreas cultivadas com café do tipo *conillon*.

O padrão parcialmente produtivista que introduziu os pacotes tecnológicos nos anos 1960 com a CEPLAC, com a crise regional sistêmica, evidenciava mais um aspecto endogenamente autodestrutivo que consistia na intensificação do desmatamento da floresta tropical dos cacauais, visando substituições ao cultivo de cacau por tecnológicas pouco intensivas em tecnologias com a criação extensiva de pecuária bovina ou relativamente intensivas com o cultivo de café.

Ademais os movimentos sociais rurais implementaram ações intensas no sentido de difundir as agroecologias e propostas alternativas ao pacote produtivista em crise, diante de uma conjuntura política e macroeconômica favorável, durante os Governos Lula e Dilma, tendo origem no Governo FHC, com as políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, PRONAF, e, em sequência, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação nas Escolas (PNAE), com 30% para da compra governamental municipal proveniente de organizações de agricultores familiares locais; juntamente com a política de desenvolvimento territorial, visando fortalecer os territórios de identidade rurais, e depois, o Plano Brasil sem Miséria. Todas essas políticas respondiam às pressões e necessidades dos agricultores familiares e comunidades tradicionais.

O movimento recente entorno do reconhecimento do cacau cabruca como indicação geográfica converge com o conjunto e transformações irreversíveis por que vem passando a região cacauera do sul da Bahia, agora não mais reproduzindo os pacotes tecnológicos do produtivismo da Revolução Verde, mas consolidando um novo paradigma que conserve a mata atlântica, o sistema cabruca, e valorize, como produto regional, o cacau cabruca como indicação geográfica, preservando-se o conhecimento tradicional e secular que consolidou, especialmente, um sistema agrário historicamente importante para o estado da Bahia, para o Brasil e para o mundo, estruturado em laços de afetividade familiar e na difusão social do conhecimento técnico e tecnológico mediante expectativas reflexivas entre os agentes econômicos e sociais. **São transformações que perpassam uma agricultura parcialmente produtivista a uma agricultura multifuncional.**

REFERÊNCIAS

- ARCHETTI, Eduardo P. Contextualização histórica do debate sobre a questão agrária na revolução russa. *In Chayanov e o campesinato. Horácio Martins de Carvalho (org)*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 15-32.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- BITTENCOURT MACHADO, Gustavo. *Afetividade e desenvolvimento – a formação do servidor comunitário e as tecnologias sociais*. Curitiba: CRV, 2018
- CARVALHO, Horácio Martins de (org.). *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). *In Chayanov e o campesinato. Horácio Martins de Carvalho (org)*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p.99-140.
- COOPERATIVA dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia. *Cacau em amêndoas*. Disponível em <https://www.cabruca.com.br/produtos>. Acesso em 08.09.2018.
- COUTO FILHO, V. A.; MACHADO, G. B.; GOMES, A. S. Inovações tecnológicas e organizacionais na agricultura *In: Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro*. 1 ed. Brasília/Rio de Janeiro: Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD)/Garamond, 2007, v.1, p. 24-45.
- DUFUMIER, Marc. *Projetos de desenvolvimento agrícola – manual para especialistas*. Trad. Vitor de Athayde Couto. Salvador: EDUFBA, 2007.
- FOOD BRASIL, Slow. *Cacau cabruca do sul da Bahia*. Disponível *In* <https://www.slowfoodbrasil.com/arca-do-gosto/produtos-do-brasil/1105-cacau-cabruca-do-sul-da-bahia>. Acesso em 08.09.2018.
- GALVÃO, Maria João, VARETA, Nicole. A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento. Disponível em: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8282.pdf. Acesso em 01.05.2014.
- JEAN, Buno. *Du développement régional au développement territorial durable: vers un développement territorial solidaire pour réussir le développement des territoires ruraux*. *In Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável*. 2007. Acesso em 30 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.cidts.ufsc.br>.
- JUK, Yohana Vieira, FUCK, Marcos Paulo. *Indicações geográficas e inovações: um estudo de caso do Vale dos Vinhedos*. *In Propriedade intelectual e inovações na agricultura* Antônio Márcio Buainain, Maria Beatriz Machado Bonacelli, Cássia

Isabel Costa Mendes (org.). Brasília; Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, IdeiaD; 2015.

KUHN, Thomas s. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 10ª ed., 2011.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1ª ed atualizada, 2009.

MATURANA, Humberto, VERDEN-ZOLLER, Gerda. *Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano*. São Paulo: Palas Atena, 2004.

MATURANA, Humberto, VARELA, Francisco J. *A Árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2007.

ORGANISATION de Coopération et de Développement Économiques (OCDE). Multifonctionnalité – Élaboration d'un cadre analytique. Paris, 2001.

PAPAGEORGIU, A. La multifonctionnalité de l'activité agricole et l'agriculture biologique em Grèce. *In La multifonctionnalité de l'activité agricole et sa reconnaissance par les politiques publiques*. SFER/EDUCAGRI/CIRAD – Actes du colloque international de la Société française d'économie rurale, Paris-Dijon, 2002, 515-528 p.

REIS, Adriana *et al.* *Indicação Geográfica Cacau Cabruca Sul da Bahia: Agregação de valor e conservação da Mata Atlântica*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/ Instituto Cabruca. Disponível em <http://nbcgib.uesc.br/nit/ig/app/papers/1152590609125722.pdf>. Acesso em 08.09.2018

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social – uma homenagem a Alexander V. Chayanov. *In Chayanov e o campesinato*. Horácio Martins de Carvalho (org). São Paulo: Editora Expressão Popular, 1ª ed., 2014, p. 141-162.